



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Casa Napoleão Laureano  
***“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”***

---

**PROJETO DE LEI N° 1978/2024**

Ementa: ***INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE  
CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO  
INFANTIL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO  
PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**AUTOR:** Vereador Zezinho Botafogo

**RELATOR:** Vereador Cel. Kelson

<b>P A R E C E R N °   _ _ _ / 2 0 2 4</b>
--

**I - RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe, para análise e parecer, ao Projeto de Lei n° 1978/2024, de autoria do ilustre Ver. Zezinho Botafogo, no qual *“institui a política municipal de conscientização sobre a proteção infantil no âmbito do município de João Pessoa e dá outras providências”*.

A matéria teve seu trâmite na forma regimental, constou no expediente e aportou na CCJRLP – Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa para análise de sua constitucionalidade.

Ato contínuo, o Vereador Cel. Kelson, relator da presente matéria, recebeu a proposta para análise e emissão de parecer acerca de seus aspectos legais e jurídicos.

É o que importa relatar.

**II - VOTO DO RELATOR**

A proposta legislativa em análise, da lavra do ilustre Ver. Zezinho Botafogo é de merecido reconhecimento por esta Casa Legislativa, que deverá apreciar a propositura legislativa que persegue os direitos e cuidados fundamentais às crianças munícipes nesta Urbe.



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Casa Napoleão Laureano

**“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”**

De início, cabe analisar os requisitos de constitucionalidade do presente projeto de lei, que se restringem à competência para a propositura e, igualmente, a correspondência da matéria aos predicados constitucionais e infraconstitucionais.

**Quanto à matéria**, é perceptível que o objeto da pretensão legislativa ora analisada corresponde a “*assunto de interesse local*”, ou seja, é permissivo, consoante se infere do artigo 30, inc. I, da Carta Federal de 1988 e, por efeito reflexo, no artigo 11, inc. I, da Constituição Estadual, e artigo 5º, inc. I, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, que dispõe *ipsis litteris*.

*“Art. 30. Compete aos Municípios:  
I - legislar sobre assuntos de interesse local;”*

Noutro passo, já **quanto à iniciativa** para a propositura, tem-se que igualmente não há óbice de natureza legal para a apresentação e trâmite do presente feito legislativo nesta Casa Legislativa.

Ora, a matéria em tela não está elencada dentre as privativas do Chefe do Poder Executivo, conforme previsão legal do artigo 30 da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, abaixo transcrito:

*“Art. 30 Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:  
I - regime jurídico dos servidores;  
II - criação de cargos, empregos ou funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;  
III - orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;  
IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município.”*

Portanto, há plena viabilidade e atendimento aos critérios de constitucionalidade e legalidade.

Forte nessas razões, manifestamo-nos **FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Ordinária nº 1978/2024, de autoria do Ver. Zezinho Botafogo.**

É o parecer.

João Pessoa-PB, em 23 de maio de 2024.

**III - PARECER DA COMISSÃO**



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Casa Napoleão Laureano

***“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”***

---

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do Relator, opina **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Ordinária nº 1978/2024, em virtude dos fundamentos acima expendidos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 2024.

**Thiago Lucena**  
Membro-Presidente

**Cel. Kelson**  
Membro-Relator

**Durval Ferreira**  
Membro

**Odon Bezerra**  
Membro

**Bruno Farias**  
Membro

**Bosquinho**  
Membro

**Bispo José Luiz**  
Membro